

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 24**

30 de setembro de 2020

(17:13 h – 19:06 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Sr. Eng.º António Manuel Mendes Lopes, na qualidade de ex-Representante dos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos no Conselho de Gestão do Fundo REVITA.

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:**

Emília Cerqueira (PSD)

Olga Silvestre (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

José Rui Cruz (PS)

Joana Bento (PS)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior.

*Eram 17 horas e 13 minutos.*

Esta reunião destina-se à audição do Sr. Eng.º António Manuel Mendes Lopes, na qualidade de ex-Representante dos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos no Conselho de Gestão do Fundo REVITA, a requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. Eng.º António Manuel Mendes Lopes vem acompanhado da sua advogada, a Dr.<sup>a</sup> Ana Lopes.

Esta audição tem como única diferença relativamente a todas as outras o facto de ir ser iniciada pelo partido requerente, o PSD, na medida em que é uma audição de natureza potestativa.

O modelo em que esta audição funciona deve constar da convocatória, mas vou repeti-lo. O modelo é de três rondas possíveis, sendo a primeira de intervenções em modelo de pergunta/resposta com 8 minutos destinados a cada grupo parlamentar, não tendo V. Ex.<sup>a</sup> limite de tempo para responder; uma segunda ronda, quando assim solicitado, de 5 minutos, mas com intervenções seguidas e resposta global pelo mesmo tempo; e, se necessário, uma terceira ronda, de 3 minutos, reservados a cada grupo parlamentar, conferindo-se ainda 2 minutos a cada um dos Srs. Deputados ou a cada uma das Sr.<sup>as</sup> Deputadas a título pessoal.

Como sabe, existe a prerrogativa por parte dos nossos depoentes de usarem da palavra até a um máximo de 15 minutos no início para enquadrarem a sua presença cá ou para, de alguma forma, fazerem algum

esclarecimento ou alerta prévio. Assim, começo por perguntar ao Sr. Engenheiro se pretende usar dessa faculdade e fazer uma intervenção inicial.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes** (ex-Representante dos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos no Conselho de Gestão do Fundo REVITA): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Começo por cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, assim como as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

É com gosto e com toda a tranquilidade que estou aqui e que aceitei o vosso convite para falar sobre as questões do Fundo REVITA relacionadas com os fogos ocorridos em 17 de junho de 2017.

Vou, então, fazer uma síntese do meu mandato no Fundo REVITA e, com a sua permissão, Sr. Presidente, passo a ler um pequeno texto.

Começo por apresentar os melhores cumprimentos a todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Comissão, e aos Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, aproveito esta via para manifestar a minha solidariedade perante todos os afetados pelos incêndios de junho de 2017, cujos efeitos ainda hoje sem fazem sentir, quer ao nível económico, quer ao nível social, situação que veio agravar as assimetrias já sentidas pelas populações do interior do País, marcadas pelas baixíssimas taxas de densidade populacional e altíssimas taxas de envelhecimento.

No que respeita à minha intervenção, passo a fazer uma pequena síntese daquelas que foram as minhas funções no Fundo REVITA durante o meu mandato, evidenciado todos os esforços realizados pela Comissão Técnica e Conselho de Gestão em prol do cumprimento do objeto que

presidiu à criação do Fundo. A minha indicação para o Fundo REVITA resultou do pedido pessoal do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, tendo aceite o mesmo por sentir que consubstancia um dever cívico, face ao exercício das funções de, à época, Chefe da Divisão de Obras Municipais do Município de Figueiró dos Vinhos.

Com efeito, eu, António Manuel Mendes Lopes, fui nomeado para o Conselho de Gestão do Fundo REVITA através do Despacho n.º 9411/2019, de 9 de outubro, com produção de efeitos a 25 de setembro, do Gabinete do Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, publicado na II Série do *Diário da República* n.º 194, de 9 de outubro de 2018, na sequência da cessação de funções no Conselho de Gestão do Fundo REVITA do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, Valdemar Alves.

Desempenhei as funções de membro do Conselho de Gestão e, por inerência, as funções de Coordenador da Comissão Técnica no período entre 25/09/2018 a 30/09/2019. Nesta audição, sempre que me referir a CT pretendo dizer Comissão Técnica do Fundo REVITA e a CG Conselho de Gestão do Fundo REVITA. Por seu turno, falarei da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro como CCDRC.

Ao longo do meu mandato no Fundo REVITA, nunca participei na entrega ou seleção de habitações a serem financiadas pelo Fundo REVITA ou por outros fundos e doadores. Aliás, entre a nomeação e a participação na primeira reunião da CT (Comissão Técnica), datada de 30/10/2018, não foram aprovadas novas candidaturas, tendo as minhas funções sido iniciadas numa fase em que todos os imóveis se encontravam atribuídos e em construção. Nesse sentido, enquanto coordenador da CT e tendo em conta as minhas habilitações profissionais de engenheiro civil, assim que fui nomeado, procedi à averiguação de todas as obras em execução sob a alçada do Fundo REVITA, tendo entre 25/09/2018 e 22/10/2018 visitado todas as obras em andamento e determinado o estado de execução de cada,

informação essa que foi reportada ao Fundo e consta como anexo 5, da ata datada de 30/10/2018.

Cumprir aduzir que a validação dos documentos e a verificação do cumprimento dos critérios foi realizada quer pelas câmaras municipais, quer pela CCDRC (Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro), tendo esta última revisto e centralizado toda a documentação. Veja-se que o preenchimento da parte B do Anexo IV a que se refere o artigo 25.º, n.º 1, do Regulamento é da responsabilidade da câmara municipal respetiva, que inclusivamente formulou as propostas de decisão para cada processo.

Apesar de não ter tido qualquer intervenção quanto à triagem e seleção das candidaturas, face à informação a que acedi por efeitos da minha nomeação, apercebi-me de que, salvo melhor opinião, atendendo a que quem formulava a proposta de decisão era quem tinha a posse da informação relevante, ao Fundo REVITA competia apenas duvidar da proposta de decisão caso lhe fossem levados ao conhecimento situações que lhe pudessem ser adversas ao deferimento dos apoios. Pois, conforme resulta do artigo 26.º do Regulamento, é competência das câmaras municipais: a verificação das condições de acesso ao Fundo; o cumprimento dos critérios de prioridade e seleção; a validação da instrução dos processos e a conformidade dos pedidos. Por razões de economia processual não fazia sentido o Fundo REVITA repetir o processo de controlo da legalidade efetuado pelas entidades responsáveis para o efeito, inclusivamente sob pena de pôr em causa o princípio da confiança nas instituições.

Ao longo do meu mandato no Fundo REVITA, a CT e o CG (Conselho de Gestão) nunca receberam da parte de quaisquer entidades ou pessoas denúncias de irregularidades no processo de reconstrução das habitações nos municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, para além do caso apresentado na reunião da CT de 30/10/2018 pela Sr.<sup>a</sup> Presidente de Castanheira de Pera, relativo ao processo SF4, cujos

pagamentos foram de imediato suspensos, e da denúncia realizada pelo Sr. Arq.º Vítor Reis. O conhecimento sobre eventuais casos suspeitos derivou sempre da informação transmitida na comunicação social.

Na reunião da CT de 11/01/2019 (segunda reunião onde participei), já havia sido transmitida a reportagem da TVI, de 13/12/2018, levantando suspeitas sobre algumas das casas apoiadas pelo Fundo REVITA e outros fundos no município de Pedrógão Grande. Nessa sequência, foram efetuadas uma série de recomendações, processo a processo, de modo a que o Conselho de Gestão apurasse de forma inequívoca, junto da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, qual o carácter de habitação das casas visadas. Tudo isto para esclarecer eventuais dúvidas emergentes sobre a elegibilidade da cada um dos processos.

De acrescentar de que, a 14 de dezembro de 2018, um dia após a transmissão da reportagem da TVI, enviei a todos os membros da CT uma listagem com os casos identificados na reportagem e quais as medidas cautelares que propunha até à decisão do Conselho Gestão, informação essa constante do Anexo 3 da ata de 11/01/2019.

Em 25/02/2019, ocorreu a terceira reunião da CT em que participei e na qual foram apreciados os esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande, na sequência de proposta para o efeito na reunião da CT de 11/01/2019 e solicitados pelo CG em 21/01/2019 à Câmara Municipal de Pedrógão Grande (Anexo 2 da Ata de 25/2/2020). Nessa reunião, foram apreciados todos os esclarecimentos e documentos apresentados, relativamente aos processos financiados pelo Fundo REVITA. Assim, relativamente ao processo CA6, foi decidido manter o financiamento com condições; relativamente ao processo CA1, foi decidido manter a suspensão dos pagamentos; e, relativamente ao processo FI28, foi decidido manter a suspensão de pagamentos.

De referir que ao REVITA só foi possível analisar os esclarecimentos efetivamente prestados, pois, dos nove processos em causa, a Câmara Municipal de Pedrógão apenas se pronunciou sobre três, até àquela data.

Em 08/05/2019, ocorreu a quarta reunião da CT em que participei, tendo-se procedido à análise dos processos denunciados pelo Sr. Arq.º Vítor Reis na audição parlamentar de 07/05/2019 na Comissão de Agricultura e Mar, com a apresentação intitulada *As Casas da Vergonha de Pedrógão*. Conforme consta do teor da Ata, face às dúvidas colocadas pelos membros da CT e representantes da CCDRC, considerámos que, na questão da validação de pedidos de pagamento, não poderiam existir dúvidas, pelo que se propôs ao CG a suspensão de todos os pagamentos dos processos de reconstrução das habitações localizadas no município de Pedrógão Grande. Quer dizer, a partir daquela data, deixámos de pagar qualquer processo que estivesse em execução no município de Pedrógão Grande.

Mais se deliberou não validar pedidos de pagamento apresentados pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande, relativamente aos processos em investigação, até à prolação de um despacho de arquivamento ou de acusação, por parte do Ministério Público.

Realço ainda — e esta menção ficou devidamente lavrada na ata de 08/05/2019 — que não chegou à CT qualquer denúncia sobre a existência de eventuais irregularidades, para além do caso apresentado na reunião da CT de 30/10/2018 pela Sr.ª Presidente de Castanheira de Pera, relativo ao processo SF4, cujos pagamentos foram de imediato suspensos, e da denúncia realizada pelo Sr. Arq.º Vítor Reis.

A 25/06/2019, ocorreu a quinta reunião da CT em que participei, nela e após análise do relatório apresentado pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande sobre os processos financiados pelo Fundo REVITA — processos CC5, MG7, C04, PO6, RM10 e PL5 —, reiterou a CT a proposta efetuada a 08/05/2019, de suspender todos os pagamentos dos processos em juízo. Mais

se propôs ao CG que se comunicasse às outras entidades financiadoras que, caso estas o entendessem, à semelhança dos casos REVITA, suspendessem o pagamento das obras no município de Pedrógão Grande até termino da fase de inquérito pelo Ministério Público.

A 29/07/2019, ocorreu a sexta reunião da CT em que participei e na qual procedeu à análise do despacho do Ministério Público, relativamente ao Processo n.º 2160/18.5T9LRA. Assim, as obras OU6, SV3 e VF9 não foram objeto de inquérito, pelo que se propôs ao CG o levantamento da suspensão dos pagamentos. E, no que respeita à decisão de arquivamento, pelo Ministério Público, sobre os alguns dos processos geridos pelo Fundo REVITA, entendeu a CT propor: a) o levantamento da suspensão dos pagamentos em relação aos processos FI5, CA6, FI25, C04, PO6 e MG7; b) no processo VF2, requerer que a Câmara Municipal de Pedrógão oficiasse a herdeira da beneficiária para vir informar se pretendia exercer o direito ao apoio, já que estavam reunidos os pressupostos do levantamento da suspensão dos pagamentos; c) quanto ao processo LC2, a CT propôs ao CG que fosse a habitação visada considerada não permanente, solicitando à requerente a devolução dos montantes já pagos.

No entanto, a CT alertou o CG de que todos estes processos deveriam ser vigiados face à possibilidade de ser requerida a abertura de instrução, com conseqüente pronúncia e submissão a julgamento de beneficiários cujos processos tivessem sido arquivados em fase de inquérito.

No que respeita aos processos LC3, RM7, MP4, CC5, CA1, VF19, FI28 e MG10, os quais foram objeto de despacho de acusação pelo Ministério Público, a CT propôs ao CG a manutenção da suspensão dos pagamentos, tal como a constituição do Fundo REVITA como assistente nos autos, a fim de manifestar a intenção de deduzir pedido de indemnização cível.



A 30/09/2019, ocorreu a sétima reunião da CT em que participei. Nesta reunião, apenas foi analisado um pedido de apoio efetuado ao Fundo REVITA por um cidadão inglês para uma autocaravana que ardeu no incêndio de 17/06/2017, tendo a CT proposto ao CG o indeferimento do pedido.

Esta foi a minha última reunião no Fundo REVITA, já que, por *e-mail* datado de 30/07/2019, comuniquei aos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande e, a 31/07/2019, ao Conselho de Gestão do Fundo REVITA que renunciaria ao cargo, com efeitos a partir de setembro de 2019. Tal decisão foi motivada quer por me encontrar em situação de algum cansaço acumulado, quer por considerar que a função devia ser partilhada rotativamente entre os três municípios abrangidos.

Acrescento ainda que, relativamente às três reuniões em que participei no CG do Fundo REVITA, todas as propostas da CT foram por aquele órgão ratificadas.

Por todas as declarações ora prestadas corresponderem à verdade, entendo que desempenhei as funções que me foram confiadas com dignidade e determinação, tendo procurado, em todos os momentos, corresponder aos objetivos que presidiram à constituição do Fundo e relembrando que a minha nomeação para o cargo foi exercida de forma cumulativa com as minhas funções na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, e sem auferir qualquer tipo de remuneração adicional para o efeito.

Era isto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Peço a palavra para interpelar a mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas solicitar ao Sr. Engenheiro que pudesse deixar-nos a sua intervenção, que percebi que era escrita, pois isso enriqueceria o espólio da Comissão.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **António Manuel Mendes Lopes**: — Deixá-la-ei com todo o gosto, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Vou, então, pedir aos serviços que possam divulgá-la desde já, pois pode aproveitar para algumas das perguntas que queiram formular.

Assim sendo, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Olga Silvestre, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados, o Sr. Eng.<sup>o</sup> António Manuel Mendes Lopes, cuja presença nesta Comissão agradecemos para prestar os esclarecimentos que se mostrem necessários para o apuramento do objeto desta Comissão, assim como cumprimentamos a sua ilustre mandatária também aqui presente.

Prestamos também aqui a nossa solidariedade às vítimas dos incêndios ocorridos em 2017, às suas famílias e a todas as pessoas da zona do Pinhal Interior pela nefasta tragédia que ocorreu.

Relembro também que o objeto desta Comissão é a atribuição dos apoios do Estado na sequência dos incêndios no Pinhal Interior e é nessa qualidade que o Sr. Eng.<sup>o</sup> António Manuel Mendes Lopes vai ser aqui ouvido.

Na sua exposição, que foi extensiva — e, provavelmente por culpa minha, não tive oportunidade de conseguir tirar todos os apontamentos que pretendia —, já haverá resposta para algumas das perguntas que iremos colocar. Apesar disso, não deixaremos de colocar essas questões.

Assim sendo, questionando a sua participação no Conselho de Gestão do Fundo REVITA, nas datas que aqui referiu, entre 9/10/2018 e 30/9/2019, gostaria que explicasse a esta Comissão como é que funcionava o Fundo REVITA desde o início até à atribuição dos apoios, quais foram concretamente as funções que desempenhou e quem eram as outras pessoas que o acompanhavam nesse Conselho de Gestão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º António Manuel Mendes Lopes.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, naturalmente não lhe posso responder sobre quem lá esteve desde o início, porque só lá estive a partir de 25/9/2018. Não estive lá na fase inicial, não estive lá sequer na fase de distribuição das casas, nem da análise dos processos, pelo que não consigo responder-lhe a essa pergunta. O que posso dizer-lhe é que, quando estive no Fundo REVITA, o trabalho de todos os que lá estiveram — e louvo o trabalho empenhadíssimo daquela gente — foi no sentido de garantir a legalidade e levar aquela empreitada a bom porto. Isto é o que posso testemunhar e dizer quanto às pessoas.

Pergunta-me a Sr.ª Deputada quem fazia parte da equipa. Havia técnicos das câmaras municipais, que tinham a dupla função de serem técnicos das câmaras municipais e de estarem na Comissão Técnica, havia representantes da CCDRC (Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro) e havia, na altura, um representante da Unidade de

Missão para a Valorização do Interior (UMVI), a qual é, hoje, uma secretaria de Estado. Essa era a composição da Comissão Técnica.

Do Conselho de Gestão faziam parte: eu, enquanto representante das câmaras municipais, o Dr. Joaquim Guardado, enquanto representante da União das Misericórdias, e o Dr. Rui Fiolhais, presidente do Instituto de Gestão da Segurança Social.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Olga Silvestre, queira fazer o favor de prosseguir com as perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

E qual era a sua intervenção concreta, Sr. Eng.<sup>o</sup> António Mendes Lopes?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.<sup>o</sup> António Manuel Mendes Lopes.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, como referi na minha exposição, a minha intervenção concreta deixou de ser a de engenheiro civil para passar a ser a de quase jurista, que não sou. Daí a minha dificuldade terrível, de ter de andar atrás da imprensa, de ter de analisar processos. E tudo isto, relativo ao Fundo REVITA, veio, depois, a reduzir-se, segundo conclusão do processo do Ministério Público, a oito casos — e mesmo estes sujeitos a julgamento, podendo ainda alguns eventualmente cair após decisão.

Ou seja, foi dada toda esta trabalhadeira a um conjunto de pessoas para tudo ficar reduzido a pouca coisa. E isso, para mim, foi um desrespeito para com as pessoas que, voluntária e gratuitamente, deram o seu melhor por aquela causa. É isso que me constrange.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, compreendendo isso, devo dizer que tudo o que rodeia o objeto desta Comissão é muito chocante, é muito dramático, tem a ver com uma grande tragédia e, por vezes, não é fácil a gestão deste processo, do ponto de vista emocional. Mas vamos todos, em colaboração, prosseguir e esclarecer tudo o que for possível, que é o melhor contributo que podemos dar para o próprio assunto.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sim, sim. Estou cá para isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, queira prosseguir.

A Sr.ª **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Engenheiro, percebemos a sua mágoa, tudo o que referiu, mas nós estamos aqui a apurar a atribuição dos apoios do Estado e não o que se passou concretamente com oito casas. Portanto queremos saber o que correu bem e o que correu menos bem. É nessa perspetiva, e tendo em atenção que o senhor estava lá dentro e sabia como funcionava e a razão de ser da constituição do Fundo REVITA, que queremos que o senhor nos esclareça, pelo que não queremos que permaneça com qualquer mágoa.

A minha próxima pergunta tem a ver com o seguinte: o Relatório do Tribunal de Contas, nas páginas 47 e 48, diz que «o que se constatou (...) é que o modelo desenhado conferia aos municípios muitas oportunidades de controlar e influenciar os processos (...), neutralizando a colegialidade e os controlos previstos». A minha pergunta é se nestes procedimentos a intervenção dos municípios em algum momento pode ter impedido o controlo que era exigido.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º António Manuel Mendes Lopes.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, durante o período em que estive no Fundo REVITA, nunca nenhum presidente me dirigiu a palavra sobre qualquer processo, nenhum dos três presidentes. Nunca fui pressionado, tomei todas as decisões, inclusive contra a Câmara Municipal de Pedrógão Grande, porque suspendemos obras do município de Pedrógão Grande. Portanto, nunca senti da parte deles qualquer condicionamento, sempre tive da parte deles todo o apoio. Por isso, sobre essa matéria, nada tenho a acrescentar.

Sobre os fundos, nada posso dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Estou aqui enquanto... O Estado certamente... Havia a parte dos fundos REVITA e havia outros fundos. Sobre a questão dos fundos, apenas posso falar da altura em que estive no Fundo REVITA, mas não do início do Fundo REVITA, porque inicialmente foram atribuídos fundos — cerca de 3 milhões de euros, não sei ao certo — para apoio à agricultura, para prejuízos até 5000 euros. Creio ter sido essa a decisão que à época tomaram, mas eu não estava no Fundo nesse momento, pelo que não sei dizer-lhe em que circunstâncias é que essa decisão foi tomada. Na certeza, porém, de que o Regulamento também não fecha a porta a isso. É que o artigo 16.º do Regulamento do REVITA diz que o Fundo pode utilizar as verbas também para outros fins. Deve ter sido nesse enquadramento, julgo, que o Conselho de Gestão, à época, deve ter decidido dar esse apoio, porque certamente falou, penso, com o Governo no sentido de conciliarem as coisas e também por ser a maneira de o dinheiro chegar mais facilmente às pessoas que estavam, financeira e psicologicamente, fragilizadas. Portanto, penso que foi uma decisão até mais humanitária do que propriamente racional ou de outra natureza. Foi uma decisão de humanidade, humanitária, a meu ver. Ainda que possam ter sido

queimadas algumas etapas, admito-o, penso que foi mais por uma razão humanitária.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — O que é que o Sr. Engenheiro quis dizer, ao referir «queimaram-se algumas etapas»?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não disse que se queimaram algumas etapas, eu disse que talvez se tenham queimado algumas etapas no sentido de facilitar. Não sei, eu não estava lá! Ou seja, podem não ter cumprido todos os formalismos, mas o Fundo sabe a quem é que deu o dinheiro e quanto é que deu. E isso está disponível, porque no relatório que o REVITA emite trimestralmente estão lá identificadas as pessoas. Portanto, sabe-se a quem é que deu — aliás, tanto para a parte agrícola como para a parte das habitações. O Fundo tem tudo clarificado. E quando referi «etapas», se calhar, foi uma força de expressão. Aqui, «saltar etapas» não era no sentido de cometer ilegalidades, era no sentido de agilizar o processo, para ele deixar de ser tão burocrático, tão penoso. Era nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Mas qual era o entendimento do Conselho de Gestão? Devia apoiar as habitações permanentes ou estavam também incluídas as habitações não permanentes?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o Regulamento do REVITA, verdadeiramente, não fecha a porta às segundas habitações. Veja-se o artigo 20.º do Regulamento. O Regulamento priorizava as primeiras habitações, as habitações permanentes — essas eram as prioritárias —, mas nunca fechou a porta às segundas habitações.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Por acaso, fechou!

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Esse foi um erro que, penso, se propalou na comunicação social. As segundas habitações podiam ter sido apoiadas, se houvesse dinheiro para o efeito. O Regulamento não impede que haja financiamento para as segundas habitações. E esse, penso eu, foi o erro que se cometeu na imprensa. E nós suspendemos as obras pela simples razão de que elas tinham entrado como sendo de habitação permanente e, se não eram de habitação permanente, não tinham de entrar como sendo de habitação permanente. Foi essa a única razão para nós suspendermos as obras.

Portanto, as habitações não permanentes também poderiam ter sido apoiadas e tinham enquadramento regulamentar para serem apoiadas — isto, na minha perspetiva. Nós não apoiámos nenhuma, mas elas tinham enquadramento regulamentar para serem apoiadas. E até era justo que fossem apoiadas, pois há muita gente que deixou de visitar aquelas terras porque hoje deixaram de ter lá residências, as casas arderam. Aliás, ver aquelas aldeias é uma desgraça! Nós vamos àquelas aldeias e o que vemos é só ruínas, as que já existiam e as provocadas pelos incêndios. Aquilo é terrível, é desolador! Aliás, os Srs. Deputados se ainda não tiveram oportunidade de visitar, visitem aquilo para terem uma noção clara do que



foi o prejuízo brutal para aquelas populações e para aqueles concelhos. E é irreparável. Sabem porquê? Porque são concelhos deprimidos, toda a juventude que se forma desaparece, não há emprego qualificado. São territórios que estão a desaparecer em termos populacionais. Muito pouca, muito pouca gente vive naqueles concelhos. E, com estes acontecimentos, mais se agravou esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Engenheiro, quanto à recuperação das segundas habitações, o PSD também defende essa necessidade, essa justiça e essa importância. Agora, tenho de confrontá-lo com o seguinte: há uma ata do Conselho de Gestão, que consta da página 61 do Relatório do Tribunal de Contas, segundo a qual o Fundo considerou só dever apoiar habitações permanentes. Isso está escrito no Relatório do Tribunal de Contas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se essa decisão foi tomada, foi-o até ao fim, porque nós não apoiámos segundas habitações. No meu mandato, nenhuma obra foi adicionada às que já vinham de trás. Portanto, não houve apoios a obras que não fossem — pelo menos, supostamente — primeiras habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Então, partindo das suas palavras, a decisão do Conselho de Gestão do Fundo REVITA era a de apoiar só primeiras habitações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Isso é um facto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, tem a palavra.

A Sr.ª **Olga Silvestre** (PSD): — Partindo, agora, para as segundas habitações, algumas delas — é do conhecimento, embora o senhor não o tenha dito — foram apoiadas pelo Fundo REVITA.

A minha pergunta tem a ver com o seguinte: atendendo a que algumas foram apoiadas pelo Fundo REVITA e outras pelos municípios— tendo em conta a possibilidade dada pela lei de os municípios criarem um regulamento —, aqui haverá diferentes apoios para a mesma situação. A minha pergunta é esta: não considera que houve discricionariedade nos apoios às segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr.ª Deputada, o Fundo REVITA não apoiou segundas habitações. Até esta data, não apoiou. Não quer dizer que não venha a apoiar, porque entendo que o Regulamento permite esse apoio. Mas, até ao momento, não apoiou.

Quanto à questão dos regulamentos que cada câmara municipal criou, cada câmara tem essa capacidade legislativa de criar regulamentos municipais. Portanto, cada câmara assume os custos, não o Fundo REVITA. O Fundo REVITA nada tem a ver com esses regulamentos. Esses são regulamentos criados pelos municípios, com critérios dos municípios e isso faz-se com o orçamento municipal.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Olga Silvestre, pode continuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Então, as segundas habitações foram só apoiadas pelos municípios, através daquela linha de apoio criada pelo Estado, com a lei do orçamento? Foi isso?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Se bem percebo, penso que nenhum município, a não ser Pedrogão Grande, pediu um regulamento para as segundas habitações. Penso que Figueiró dos Vinhos não tem regulamento para as segundas habitações e que Castanheira de Pera, enfim, não tenho a certeza... Castanheira de Pera é capaz de ter. Não sei se avançaram para as obras, mas Figueiró dos Vinhos não tem nenhum regulamento, decidiu não criar nenhum regulamento para apoio às segundas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, acho que a Comissão solicitou estes documentos.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — E porquê, Sr. Engenheiro?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Terá de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — É uma resposta!

E que valor, neste momento, falta aplicar do REVITA? Tem noção?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, pode responder.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Quando saí, na ordem de 1 milhão e poucos euros, na ordem de 1 milhão, não sei exatamente.

Sei que saiu agora o último relatório trimestral...

O Sr. **Presidente**: — E quando é que saiu?

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Eu saí em 30/9/2019.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça o favor de continuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Também estava estipulado que havia um valor por metro quadrado para a reconstrução e para a requalificação das obras em causa. Na página 85 do relatório do Tribunal de Contas, refere-se que o valor por metro quadrado predefinido não foi respeitado e, a não ser respeitado, essa decisão deveria ter sido fundamentada e também não o foi, nem foi cumprida a regra de contenção de custos.

Qual a razão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, pode responder.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, naturalmente, compreende que eu não estive na fase de entrega, nem na fase de análise. Eu apanhei as obras em execução, adjudicadas, a serem feitas, a

serem entregues. Portanto, toda essa fase de análise deveria ser anterior à entrega e ao início das obras. Se alguma coisa, enfim... Julgo que não correu mal! Naturalmente, tive todo o gosto em participar, quando o Tribunal de Contas fez a sua inspeção, mas isto, no fim do jogo, é fácil ser o treinador. Quando o jogo acaba, somos todos bons treinadores! Essas coisas são assim!

Aquilo foi um processo complicadíssimo e, julgo eu, para montar um processo daqueles, com aquela velocidade, foi difícil.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Mas também participou e esteve na fase de atribuição de fundos ou de apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, pode responder.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Só estive na fase de pagamentos e de pedidos de pagamento. Não estive na fase dos apoios! A única coisa que validava eram pedidos de pagamentos, de obras e de execução, os chamados «autos de medição».

Portanto, foi nesse processo que eu estive e não em mais nenhum!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode continuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Não havia confirmação, no sentido de confirmar os valores propostos e, depois, de ver se as obras executadas eram realmente o que constava no terreno?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, pode responder.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Todos os autos eram elaborados pelos técnicos das câmaras respetivas. Todos os autos iam para a CCDR para conferir o valor de adjudicação. Portanto, todos os valores eram verificados quer na fase da obra, porque os autos eram efetuados pelos técnicos respetivos dos municípios e que faziam parte da Comissão Técnica, e, depois disso, eram enviados para a CCDR, onde os valores eram validados no sentido de ver se cumpriam dentro daquilo que estava adjudicado. O processo era esse.

Depois desse processo, vinha a Comissão Técnica para validar e enviar para a Comissão de Gestão para pagamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode continuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Esses valores não suscitavam perplexidades? Não averiguava se os valores eram efetivamente aqueles que estavam previstos na lei e se estavam a ser cumpridos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, pode prosseguir.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, confere que, depois de ter adjudicado e de ter feito o contrato com os empreiteiros, supostamente essa questão estava ultrapassada. Não era eu que, naturalmente, enquanto membro da Comissão Técnica tinha a função de estar a escrutinar todos os valores por metro quadrado, porque isso pararia todo o processo, julgo eu. Para reiniciarmos todos os processos, obrigava a parar todas as obras de imediato, ou seja, confiei que todos os processos e todos os valores tinham sido controlados na fase em que se fizeram as análises e as entregas das obras aos empreiteiros.

Portanto, não tive essa função de estar a passar processo a processo, no sentido de avaliar o custo por metro quadrado, até porque é difícil. Eu que sou da área, sei-o bem: uma coisa é uma reconstrução, outra coisa é uma construção nova e uma reconstrução, às vezes, custa muito mais do que a nova. Aí, a reconstrução é à volta de 400 e tal euros e situações há em que o valor é muito maior. Esse valor de referência é relativo, mas não é um valor, digamos, que seja uma barreira intransponível, julgo. Teria de ser analisado caso a caso.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Então, quem fiscalizava esses valores?

Era possível exceder os valores, mas tinham de ser fundamentados?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra para tentar explicar como funcionava o cálculo desses valores e a fiscalização destes. Tem ideia?

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Presidente, pessoalmente, não fiz esse apuramento. Nem eu, nem... E porquê? Porque todas as obras já estavam em execução, algumas já estavam a mais de 70% de execução, a mais de 80% e algumas concluídas. Quando peguei no processo, muitas delas estavam concluídas. Portanto, não fiz esse processo.

Todos os processos, a serem feitos, — e é minha convicção de que foram feitos — foram analisados, ponto a ponto, para ver o valor de custo por metro quadrado, para ver se, eventualmente, se encaixava dentro dos limites definidos dentro regulamento. Esta é a minha convicção!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir, ainda está dentro do seu tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Tem aqui sido repetido por diversas vezes que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é uma perseguição às vítimas por parte do PSD. Ora, repudiamos veementemente essa tese. Consta do relatório do Tribunal de Contas, na página 91, a referência expressa à suspensão de construção de habitações, por fundadas dúvidas sobre a regularidade aparente, outras por inerência do organismo do qual o senhor também fez parte.

Na sua exposição, referindo aqui os casos identificados na reportagem da TVI, disse que tomou a decisão — e até a fez constar em ata — de suspensão de pagamento de quaisquer casas, referindo até o município de Pedrogão Grande.

A pergunta que se impõe é a seguinte: por que razão foi decidida a suspensão do pagamento desses valores?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, pode responder.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Em face das dúvidas e do inquérito que já estava a correr no Ministério Público, entendemos por bem, para salvaguarda do fundo, pedir a suspensão dos pagamentos. Não suspendemos as obras, suspendemos, sim, os pagamentos! Aliás, o Fundo REVITA, digamos, era uma parte do contrato, mas o contrato era feito entre o ministério e o dono da obra. O Fundo REVITA era a entidade financiadora, mas o fundo nunca parou nenhuma obra, suspendeu, sim, os pagamentos, até se apurar se, efetivamente, as casas que tinham entrado como primeira habitação permanente cumpriam esse requisito. Por isso, suspendemos os pagamentos para efeitos cautelares e para salvaguarda do fundo.



O Sr. **Presidente**: — Terminámos, assim, a intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, na primeira ronda.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Algum último esclarecimento, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Fica certamente para a segunda ronda, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e ao Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. António Lopes, representante dos municípios no Conselho de Gestão do Fundo REVITA, a sua deslocação e as declarações que veio hoje prestar a esta Comissão.

Quero manifestar a total solidariedade do Bloco de Esquerda com todas as vítimas dos incêndios de 2017 e com todos aqueles que se mobilizaram para responder a esta catástrofe, durante e após os incêndios. Lamentamos que, até hoje, não se tenham ainda tomado mais medidas do que aquelas que se tomaram, para que situações como esta não se repitam na dimensão com que aconteceram, em 2017, quer a nível da política florestal, quer a nível dos meios de proteção civil.

Não sendo esse o âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, vou mudar de assunto e deixar-lhe algumas questões. A primeira é no sentido de saber se tem conhecimento da aplicação indevida de apoios públicos na

zona do Pinhal Interior, na reposição de potencial produtivo. Já nos falou aqui sobre a questão das habitações e da aplicação do Fundo REVITA para esse fim, mas houve também um conjunto de medidas que foram tomadas a nível da reposição do potencial produtivo na região. Quero questioná-lo se tem conhecimento de alguma irregularidade nesse processo e, também, das eventuais insuficiências que tenha eventualmente detetado e queira sinalizar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra para responder.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento de nenhuma irregularidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Considera que os apoios públicos atribuídos para responder a esta catástrofe foram suficientes para apoiar as populações afetadas até ao momento?

De 1 a 10, como avalia a suficiência destes apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro Mendes Lopes, faça favor.

O Sr. Eng. **António Manuel Mendes Lopes**: — Esta pergunta extravasa um pouco a minha função enquanto membro... Mas, enfim, dou a minha opinião pessoal.

Direi que aquela região foi objeto de graves prejuízos a nível florestal, prejuízos incalculáveis e que não foram repostos. As pessoas ficaram, naturalmente, sem aqueles bens, com prejuízos elevadíssimos e têm dificuldade em refazer a vida e alguns até, com certeza, vão abandonar.

Acho que o País — não é Pedrogão Grande — precisa de um ordenamento florestal rapidamente. Esse é que é o ponto para onde os governos sucessivos, todos, devem olhar, para, de facto, fazerem o verdadeiro ordenamento florestal, porque, sem isso, é tudo paliativo. Daqui a uns anos, se nada se fizer, volta a acontecer exatamente a mesma coisa. Portanto, enquanto País, dos Srs. Deputados, de todos nós, cidadãos, a grande mobilização será olhar para o interior na perspectiva também de ordenar em termos florestais, porque, se não fizermos isso...

O interior transformou-se em monocultura e isso é terrível, quer em termos ambientais, quer em termos das catástrofes que provoca. A nossa região é quase monocultura de eucalipto e isso tem as consequências que teve. Noutras regiões também vai acontecer, é uma questão de tempo.

Sr. Deputado, não sei se respondi à sua pergunta. Extravasei um pouco as minhas funções enquanto membro do Fundo REVITA, mas enfim.

Quanto à questão da insuficiência de apoios, Sr. Deputado, naturalmente há sempre insuficiência de apoios. Repare, as segundas habitações não foram recuperadas ainda. As aldeias estão completamente, enfim, em ruínas, tal como grande parte das casas, ou seja, há aqui um trabalho enorme e eu não sei se o Governo, de facto, tem a capacidade, de momento, para encarar estas situações de imediato, porque as coisas têm de fazer-se. Acho que temos de começar por algum lado, efetivamente. Não é começar por Pedrogão Grande, por Figueiró dos Vinhos ou por Castanheira de Pera, é olhar para o interior, para toda aquela região. Acho que toda esta região se não está toda ardida, tem potencial para arder. Portanto, esse é que é o ponto, portanto, digamos, desta situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Foram muitas as insuficiências, pode então entender-se da sua intervenção.

Para terminar, quero questioná-lo no sentido de saber se podem ter ocorrido irregularidades na atribuição de apoios, que tenham resultado da falta de meios operacionais e administrativos do Estado, a nível local e nacional, para lidar com uma catástrofe desta dimensão?

Sendo essa, ou não, a sua opinião, tem alguma sugestão de medidas a tomar pelo Governo para prevenir essa situação em possíveis eventos futuros?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Eng.º Mendes Lopes.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Penso que o que ocorreu em Pedrógão Grande foi uma coisa para a qual ninguém estava verdadeiramente preparado. E penso que — esta é a minha opinião pessoal, naturalmente — a Proteção Civil tem de se preparar para situações dessa natureza, em termos da logística, porque houve uma dificuldade muito grande em termos logísticos, porque havia donativos de todo lado, chegavam pessoas de todo o lado e a situação tornou-se, a determinado momento, muito difícil de gerir. E penso que o Estado tem de estar preparado para este tipo de catástrofe.

Aliás, as alterações climáticas levam a que o País e, enfim, o mundo estejam, hoje, sujeitos a grandes catástrofes. Portanto, temos de estar preparados para situações destas, ou piores. Isso obriga a que a Proteção Civil, o Governo, os Srs. Deputados pensem nesta matéria, porque temos de nos preparar com meios de atuação, depois, no terreno. Aquilo que se passou em Pedrógão Grande foi, de facto,...

Hoje, é fácil, digamos, descortinar os defeitos, apontar questões menos próprias, enfim, porque já passámos por aquilo e tirámos experiências daquilo. Muito mais do que pelos seus aspectos negativos, Pedrógão deve ser visto como um modelo para aprendermos como se deve atuar perante situações de catástrofe. Deve ser esse o verdadeiro ensinamento de Pedrógão Grande. Esse é que deve ser o verdadeiro ensinamento, muito mais do que estar a apurar se foram 1000 euros para a esquerda ou 1000 euros para a direita. Devemos tentar aprender com Pedrógão Grande o potencial que temos, a nível de catástrofes, e a forma como devemos estar preparados para as combater.

Esse é que é o verdadeiro ensinamento de Pedrógão Grande, penso eu — de Pedrógão Grande e dos incêndios que, depois, se sucederam, a seguir, em outubro, a norte do distrito de Coimbra e naquela região.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Então, considera, assim, que se existissem mais meios, por parte do Estado, quer das organizações locais, quer das organizações de âmbito nacional, que a aplicação dos fundos disponíveis teria sido mais eficiente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Eu não falo em mais meios, falo da questão, digamos, do modelo de operação. Ou seja, o estar preparado com um modelo que pudesse fazer a face a situações de catástrofe. Às vezes não se trata da questão dos meios, trata-se da questão da gestão, da

forma de organização, do ataque à catástrofe. Esse é que é o problema, porque não havia! Verdadeiramente, não havia!

Portanto, eram os municípios a trabalhar para um lado, naturalmente, todos a tentar fazer o seu melhor... Claro que tudo se foi resolvendo e as coisas, enfim, apesar de no momento inicial ser de grande dificuldade... Depois, politicamente, também houve muita pressão lá. Os nossos políticos — quer o Sr. Presidente da República, quer os Srs. Ministros — faziam pressão. Aliás, eu lembro-me, perfeitamente, de ouvir o Sr. Presidente da República dizer que, em dezembro de 2017, já queria ver casas recuperadas em Pedrógão Grande! Os Srs. Deputados, com certeza, sabem disso.

Portanto, havia ali um conjunto de pressões que, na prática, acabavam por só dificultar a tarefa das pessoas que estavam a tentar fazer alguma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Sr. Deputado, a palavra é sua.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Muito obrigado pelas suas respostas.

Não tenho mais nenhuma questão a acrescentar, dadas as respostas que já foram dadas aos meus colegas anteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar o Sr. Eng.º Mendes Lopes e agradecer-lhes os esclarecimentos que já aqui nos prestou.

De facto, entrou numa fase do processo já adiantada, com alguns desenvolvimentos, mas, antes de mais, Sr. Engenheiro, quero dizer-lhe que,

como certamente poderá já ter assistido a algumas das nossas audições a depoentes, esta audição é bem o exemplo do que temos dito: assistimos ao PSD a dizer que está preocupado em apurar os apoios do Estado e não vemos o PSD a fazer mais do que procurar irregularidades ou ilegalidade, ao invés de perguntar, de questionar o que é que faltou, onde faltou, que áreas estão ainda por cobrir: não, a preocupação do PSD é ir procurar alguma ilegalidade, que poderá ter acontecido, evidentemente.

Como o senhor disse, esta população, este território foi confrontado com uma situação para qual ninguém estava preparado. Deveria estar preparado para a sua prevenção. Como até já aqui foi dito, os incêndios previnem-se, não se deviam ter de combater!

Mas, surgindo um incêndio com estas dimensões, naturalmente que o drama foi imenso! Não vale a pena falar mais da perda de pessoas, de vidas humanas, mas a perda de bens — muita gente perdeu tudo aquilo que tinha de uma vida inteira de trabalho —, naturalmente, levou, depois, a uma solidariedade de toda a gente do País inteiro, o que é algo que também tem de se respeitar, a solidariedade que o País demonstrou para com aquelas gentes, mas que até criou uma situação muito difícil de gerir, porque, de facto, houve uma tentativa solidária, benévola, de ajudar e colaborar. Podem até ter existido irregularidades, não compactuamos com elas: consideramos que elas devem ser vistas, analisadas, estudadas, investigadas, mas não será, certamente, uma Comissão de Inquérito, que não vem honrar essa solidariedade, de forma nenhuma, com este comportamento.

Consideramos que deveremos continuar a lutar para que os apoios àquela região sejam efetivamente concretizados. Até porque, por muito que se tente apoiar, fica sempre muito para trás, fica sempre muito por recuperar: desde logo no restabelecimento do potencial produtivo, mesmo no restabelecimento daquilo que é a perda de rendimento, porque muita gente, mesmo que receba a mesma quantidade de animais, de árvores, passa por um

período bastante longo sem qualquer rendimento ou sem que consiga voltar ao nível que tinha anteriormente. Mesmo, até, para uma área fundamental que só o PCP tem trazido aqui como o dever de proteção e salvaguarda da saúde e da segurança das pessoas, que não está explícito no objeto da Comissão, mas que qualquer um dos grupos parlamentares concordará que é uma área sensível. Trata-se de um apoio que o Estado deve garantir e, isso sim, devemos continuar. É aí que temos de tirar a lição.

Por isso, concordo, naturalmente, com uma abordagem que já fez — não vou explorá-la muito mais —, de que sem gente não se pode gerir a floresta, que sem rendimento não se pode gerir a floresta, porque também não há outra possibilidade se não a promoção da diversidade cultural que crie zonas de descontinuidade na monocultura, porque as pessoas são empurradas para essa opção de monocultura. Compreendemos isso. Foram as políticas dos sucessivos Governos que levaram a esse condicionamento.

Mas, tendo em consideração o que, para nós, se calhar, é a questão fundamental que levou à criação desta Comissão, na verdade, o importante papel das segundas habitações — até lhe chamam a «Comissão das segundas habitações», embora de forma alguma deva ser assim apelidada —, quero perguntar-lhe o seguinte: Sr. Engenheiro, na sua perspectiva, qual é a importância ou o papel das segundas habitações neste território?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mendes Lopes, tem a palavra para responder.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Naturalmente, as segundas habitações desempenharam um papel.... Digamos que permitem que as pessoas que estão deslocadas durante grande parte do ano, se desloquem àquelas terras durante o período estival. Era



assim com grande parte das habitações: eram como segundas habitações, durante aquele período de férias de verão, em que as pessoas se deslocavam às suas terras e ali permaneciam durante algum tempo. E, hoje, naturalmente, muitas dessas casas arderam. Alguns, pela resiliência, estão a tentar recuperá-las e outros, naturalmente, abandonaram-nas.

Portanto, são mais umas ruínas que estão lá, digamos que a compor aquele ambiente desolador.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — O Sr. Engenheiro também deixou aqui bem claro — aliás, julgo que já está bem claro nesta Comissão — que o que estava definido era dar prioridade às primeiras habitações.

É perfeitamente entendível. Se alguém ficou sem teto nenhum, é prioritário em relação a quem já tem um teto. Mas se também tem um bem, que é a sua segunda habitação, também tem um direito. Não foi culpado do incêndio, foi vítima! Apesar de ter uma primeira habitação em Lisboa ou no Porto — às vezes até por uma questão, supomos nós, de manter o médico de família ou o estacionamento junto à habitação que tem em Lisboa, no Porto ou em Coimbra —, com muita regularidade vai ao território de Pedrógão Grande ou vive lá durante longos períodos e, se perdeu a segunda habitação, não foi culpado, foi vítima e tem direito ao seu ressarcimento.

Portanto, é claro em todo o normativo, seja ele do Fundo REVITA (Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das Áreas Afetadas pelos incêndios ocorridos em junho de 2017), seja ele das leis produzidas na Assembleia da República, ou até mesmo de resoluções de Conselhos de Ministros, que as segundas habitações também tinham direito a receber apoios.

A questão que se coloca aqui, tendo o Sr. Engenheiro explicado que não houve uma única segunda habitação a ser recuperada, é por que razão nenhuma segunda habitação foi recuperada?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Penso que se deveu ao alarido público sobre esta matéria. Deixou de haver tranquilidade. Qualquer coisa que se fizesse para além de recuperar habitações permanentes era considerado um crime público. Aliás, a imagem de Pedrógão e daquela gente foi arrastada pela comunicação social, nomeadamente por alguns programas, para o pior e injustamente, porque eles estavam, enfim, a tentar proteger um pouco aquilo que é o património daquela terra e daquela gente.

Portanto, entendo que se houver essa possibilidade, se deverá olhar... Naturalmente, não sei qual é o dinheiro que o Fundo REVITA tem neste momento. O problema, porventura, é que já não dá para todos e também se tem de tratar o que é igual por igual. Não sei como é que se poderia, eventualmente, resolver essa situação — há sempre formas de resolver a situações —, mas aquela gente perdeu...

E não é só a gente das segundas habitações, são também as pessoas da floresta, as pessoas da floresta perderam milhões de euros! Aquela floresta, e peço desculpa por me estar a alargar nesta matéria, era a fonte de muito financiamento daquela gente e a floresta desapareceu, completamente!

Hoje, está a renascer, mas, digamos, um eucalipto só tem capacidade de corte na ordem dos 10 anos, 11 anos. Portanto, as pessoas até lá vão estar, enfim, sem qualquer rendimento proveniente da floresta. Mas houve industriais que perderam hectares e hectares de floresta! E nunca ninguém olhou para eles!

Portanto, esse também é um aspeto que, pronto,... Naturalmente, o País tem dificuldades — eu compreendo isso — e não podemos chegar a todo o lado, nem da forma que queremos, nem no tempo que queremos. Por isso é que digo: olhe-se para o ordenamento florestal, que esse é que é o verdadeiro problema daquele território. Porque não temos pessoas e sem ordenamento florestal cada vez há menos pessoas. Sem empresas com trabalho qualificado, cada vez há menos jovens, porque todos os jovens que adquirem formação saem daqueles territórios, porque não têm lá enquadramento. Não têm enquadramento lá, não há trabalho para eles, salvo, raras exceções, nalgum serviço público. De resto, todos saem daqueles territórios. Todos!

Portanto, temos — o País, o Governo, a Assembleia da República, os Srs. Deputados, enfim, todos nós — de olhar para esta situação e olhar para o interior com olhos que o vejam como parte integrante do País e que não pode estar, digamos, que abandonado, um pouco, à sua sorte.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Mendes Lopes.

Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Voltando à questão das segundas habitações — também é importante essa temática da floresta e da agricultura, e, naturalmente, também o questionarei sobre isso —, o Sr. Engenheiro já aqui disse que nenhuma câmara municipal exerceu pressão sobre o Conselho de Gestão. Mas quero perguntar-lhe se alguma vez sentiu, por parte da tutela, naturalmente, que os processos já iam adiantados, alguma pressão que condicionasse a atribuição dos fundos ou a avaliação, em termos das perdas, que as vítimas tiveram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Penso que quando diz «tutela» se refere ao Governo. Não, nunca nenhum governante falou comigo. Nunca.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Ainda relativamente à segundas habitações, tivemos aqui um presidente de câmara, salvo erro o Sr. Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, que disse ter desenvolvido, por sua própria iniciativa, naturalmente — como muito bem o disse, os municípios têm iniciativa para desenvolverem os investimentos como muito bem entenderem —, e quis utilizar um recurso que foi disponibilizado pelo Governo, para apoio às segundas habitações, e ninguém quis. E com isto quero perguntar-lhe se, com todo este processo de enxovalhar a honra destas vítimas, conhece alguém que tendo perdido a sua habitação ou tendo perdido bens, preferiu ficar com a perda do que candidatar-se a um processo que estava muito mal visto e passar pelo selo e pelo crivo de também ser um aproveitador e um burlão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Eng.º Mendes Lopes.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que não tenho conhecimento, pelo menos no meu tempo, de nenhuma candidatura relativamente a novo pedido para o efeito. Penso que as pessoas até já tinham receio. Penso que havia esse receio porque isto era tudo considerado como todos do mesmo sítio, ou seja, toda a gente aproveitadora, enfim. E isso criou um estigma nas próprias populações,

porque tudo isto criou um mal-estar grande entre as pessoas, porque eram consideradas como se se tivessem aproveitado dos portugueses, quando não é isso. O que as pessoas procuraram foi salvaguardar os seus interesses, do pouco que tinham, porque havia pessoas com muito pouco.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.  
Sr. Deputado João Dias, para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Era sobre isso que o queria questionar, se por receio as pessoas não se candidataram?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, para responder.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sim, é a minha opinião, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Não é um facto, mas uma opinião!  
Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Já tenho muito pouco tempo, mas queria questioná-lo sobre o seguinte: naturalmente há sempre espaço para melhorar, mas podia ter havido algum erro que poderia ter sido corrigido?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, para responder.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Refere-se ao REVITA?

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sim.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Repare, Sr. Deputado, o modelo que foi desenhado poderia, eventualmente... Aliás, eu acho que a Comissão Técnica, face àquela dimensão, deveria ter um carácter quase profissional. Ou seja, a Comissão Técnica não estava dedicada exclusivamente àquilo, as pessoas tinham os seus trabalhos e também pertenciam à Comissão Técnica. Nós encontrámo-nos nas reuniões da Comissão Técnica, porque cada um estava no seu espaço e nos seus locais, afastados, uns estavam em Coimbra... Ou seja, eu penso que uma catástrofe como essa exigia a concentração de uma equipa quase profissional para se dedicar àquilo porque o volume de trabalho era bastante grande, o REVITA tinha cerca de 99 casas, enfim, havia bastante trabalho e tudo isto feito com a prata da casa, com os técnicos dos municípios. Eu também era técnico, não deixava de ser um técnico do município, por isso mesmo colaborei na parte inicial dos incêndios, na parte do levantamento dos incêndios, na altura, para a câmara municipal.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, naturalmente a CCDDR fez o seu trabalho. Nós tivemos, aqui, a audição do ex-Presidente do IHRU, que até parecia «ofendido» porque achava que não teve o envolvimento que deveria ter tido, embora o IHRU também tenha «rabos de palha» porque em situações de incêndios, de recuperação de habitações, como é o caso da Madeira, não respondeu adequadamente e houve falhas. Mas entende que se tivesse havido um processo mais centralizado poderia ter agilizado e otimizado esse processo?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Deputado, como lhe disse, eu fiz o levantamento dos incêndios no terreno. No início, durante duas semanas, andei a trabalhar diariamente, de seguida, sem fins de semana, sem sábados, sem domingos. Andei a coordenar uma equipa para fazer o levantamento no terreno e também lá andava o IHRU connosco. Eram pessoas excelentes, bastante colaboradoras. E eu combinei com o representante do IHRU, penso que num domingo à noite — não posso precisar o dia, mas penso que foi nas duas semanas a seguir ao incêndio — e disse ao colega do IHRU: «Olha, vamo-nos sentar para cruzar toda a informação que tens aí com a minha para ver se tudo bate certo. Se não há aqui lapso, tu tens indicado como primeira habitação... Eu tenho aqui ...». Liguei-lhe: «Então, não nos encontramos?» e ele: «Oh, pá, olha, temos de ir para Lisboa. Já recebi ordens do meu chefe, temos de desaparecer». Foi assim.

O Sr. **Presidente**: — E o chefe quem era?

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — E eu nem sabia quem era o chefe, nem conhecia o chefe. Ele só me disse: «Tenho de me ir embora. Recebemos ordem de marcha, temos de ir embora».

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Sr. Deputado, nós também temos de ir embora. Pretende terminar com mais algum esclarecimento ou voltaremos na segunda ronda?

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, dou a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar o Sr. Eng.º António Manuel Mendes Lopes e agradecer os esclarecimentos, mas, sinceramente, neste momento não tenho mais nenhuma questão para lhe colocar. Acho que já prestou esclarecimentos suficientes e alguns, se calhar, até para além daquilo do que é o objeto da Comissão. Portanto, agradeço-lhe e não tenho nenhuma questão para lhe colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho nada que achar, mas compreendo todas as posições, só não quero é que os nossos depoentes se sintam menos considerados por isso. É bom sinal, Sr. Engenheiro. É sinal de que já respondeu a tudo o que era possível, dentro daquilo que era do seu conhecimento.

Vou dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Sr. Deputado José Rui Cruz.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e o Sr. Eng.º António Manuel Mendes Lopes, agradecendo-lhe tudo aquilo que nos aqui trouxe, que já foi muito, e todas as questões que já esclareceu.

Gostaria de lhe colocar também algumas questões que desejava ver esclarecidas.



Como sabemos, estes incêndios de 2017, os primeiros de 2017 —, porque depois, como disse, e bem, tivemos posteriormente, bem perto, também, os incêndios de outubro, — foram, de facto, aqueles em que ninguém estava preparado e que, quatro meses depois, serviram como exemplo, o que permitiu gerir de outra forma os incêndios posteriores, quatro meses depois.

Sr. Engenheiro, acabou de nos dar alguns dados, que já aqui foram muito referidos e não vou repetir aquilo que já foi esclarecido, mas queria que nos respondesse a algumas questões: o Sr. Engenheiro acompanhou todo o processo, como bem disse, mas chega o REVITA com funções mais exigentes, mais ou menos um ano depois dos incêndios.

Agora o PCP colocou uma questão que tem a ver com o IHRU. Ora, são exatamente algumas declarações de um dirigente do IHRU que fazem desencadear alguns procedimentos que levam a todo um conjunto de informações na comunicação social e que depois, o seu trabalho, basicamente, incide sobre aquilo que são as declarações que levam a um conjunto que... Aquilo que acabou por dizer, que leva Pedrógão para a praça pública por maus motivos e que leva também a que os incêndios de outubro diminuam aquilo que foi a generosidade dos portugueses, porque achavam que os meios, aquilo que foi os donativos dos portugueses, foram mal utilizados nestes incêndios e, como tal, em outubro já não houve a mesma generosidade.

O que lhe pergunto é o seguinte: acha que foi importante o trabalho que o IHRU fez naqueles dias que esteve em Pedrógão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, para responder.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Deputado, na prática, acho que não, porque quando tive necessidade de confrontar os

dados tirados pelo IHRU, que também andava a tirar notas, tínhamos uns mapas onde íamos anotando, e era suposto que no final do processo fizessemos a conferência para ver se estava tudo a bater certo. Ora, quando precisei desse apoio, o IHRU desapareceu. Veio por ordens de... Dizia-me ele: «Olha, o chefe mandou-nos regressar». Portanto, então o chefe, supostamente, era o Sr. Arq.º Vítor Reis, que eu até desconhecia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.  
Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **José Rui Cruz (PS)**: — O relatório do IHRU dizia que existiam 165 habitações permanentes danificadas pelos incêndios. Conhece este relatório e sabe que o número é francamente diferente da realidade daquilo que foi verificado. Esses quatro ou cinco dias em que o IHRU esteve no terreno, para alguém que não conhecia o terreno, no estado em que ficaram as habitações, uma equipa reduzida num tão vasto território com tão grande nível de degradação, é manifestamente evidente que era impossível conseguir fazer o apuramento rigoroso, mesmo sendo para o efeito que se pretendia, que era avaliar a dimensão para se poder calcular a forma de intervir no território. Significa isto que o levantamento foi feito muito por cima e sem grande rigor. Confirma?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, faça favor.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Eu só estive no levantamento de Figueiró dos Vinhos. Portanto, não sei o que se passou relativamente ao município de Castanheira de Pera e de... A nossa relação com o IHRU foi sempre cordial e normal dentro daquilo que era o âmbito do nosso trabalho.

Eu não fiz conferência de dados. O que tínhamos combinado com colega do IHRU era fazer conferência de dados, ou seja, saber o que cada um tinha identificado como primeira habitação, embora tivéssemos andado no mesmo sítio, mas a escrever podia haver algum lapso e eu queria fazer essa conferência de dados com o IHRU e não a consegui fazer. Portanto, admito, porque depois houve situações que apareceram para além dessas. A maior parte das pessoas tinha fugido, as pessoas tinham desaparecido. Às vezes até tínhamos dificuldade em identificar o nome do dono da casa, porque a pessoa, enfim... Não havia ninguém. São pequenas aldeias — não sei se estão a ver a dimensão — onde vivem três, quatro ou cinco pessoas. As pessoas fugiram, largaram aquilo e foram para casa dos filhos. E nesses dias em que nós passávamos não estavam lá. Só passados dois ou três dias é que souberam que a câmara, uma equipa, andou lá a fazer o levantamento, então é que vieram ter connosco a dizer: «Olha, mas a minha casa também ardeu!». Nessa altura, o IHRU já lá não estava, já tinha desaparecido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Nesse período de levantamento, depois as coisas foram evoluindo, era preciso criar um instrumento que respondesse a todo o conjunto de donativos que foram sendo feitos e foi, então, criado o REVITA, que permitiu que houvesse a organização por forma a intervir naquilo que era importante. E o Fundo REVITA teve a capacidade de intervir em 99 casas de primeira habitação. Depois houve também um conjunto de outras entidades que intervieram, cada uma num conjunto de habitações, o que permitiu, no total, serem mais de 250 habitações. O que lhe pergunto é como foi feita a coabitação entre quem intervém onde?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mendes Lopes, faça favor de responder.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Deputado, não lhe sei dizer. Mas com toda a franqueza, não lhe sei dizer porque não estive nessa fase. O meu trabalho acabou com a entrega, digamos, do apanhado dos incêndios e eu deixei de estar nessa fase porque também tinha uma divisão para organizar e não podia estar... Essa fase passou-me completamente ao lado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.  
Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Nesse ano em que estive à frente do REVITA, quer dizer, integrado no programa, o que estava em cima da mesa, basicamente, eram questões de legalidade dos processos que estavam em curso. No fundo, era preciso verificar se aquilo que era a pressão da comunicação social correspondia ou não à verdade dos factos e foi isso que o senhor, enquanto membro do REVITA, se permitiu fazer. E também aquilo que foram processos que seguiram pela via judicial, houve que esperar por essas decisões e com base nessas decisões, atuar.

O que lhe pergunto é se depois de todo esse processo, do total de 99 casas chegámos a um apuramento de 8 casas que oferecem algumas dúvidas, certo? E dessas 8 casas, ainda pode haver algumas que afinal podem também não ter problemas, o tribunal assim o dirá. É assim, não é?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, para responder.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Exatamente, Sr. Deputado. Foram acusadas 8 casas desse universo de 200, porque a União das Misericórdias e a Fundação Calouste Gulbenkian tinham o protocolo com o Fundo REVITA. Embora financeiramente essas instituições tivessem

a sua própria gestão, tinham de seguir o mesmo protocolo do Fundo REVITA.

Portanto, neste universo de todas as casas, o REVITA apenas teve oito casas — apenas, enfim, o ideal teria sido zero, obviamente. Na altura, aqui, na Comissão de Inquérito, o Dr. Vítor Reis veio demonstrar que havia 40 e não sei quantas casas, 46 ou 47, não sei bem, mas sei que era um número dessa ordem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Engenheiro, consegue encontrar algum motivo que justifique essa intervenção do Arq.º Vítor Reis nesse momento do processo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, faça favor.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Isso não sei, só sei que ele se circunscreveu apenas ao município. Esse é o facto que consigo saber, que ele se circunscreveu apenas ao município de Pedrógão Grande. Outras questões, não lhe sei dizer.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sempre que estavam em causa verbas do Fundo REVITA o contrato era sempre efetuado entre a família e a empresa. O REVITA funcionava basicamente como a entidade que pagava, havendo, anteriormente, a validação, a fiscalização, o acompanhamento de todo o processo. Portanto, tudo isto funcionava de forma automática e

normal, era assim com todos os casos e o processo funcionou globalmente bem.

A CCDR teve também aqui sempre um papel de acompanhamento e de proximidade com os municípios e com o Fundo e funcionou sempre tudo dentro da normalidade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Assim foi, Sr. Deputado. No tempo em que lá estive tudo funcionou com total normalidade, à exceção de termos de andar a ver essas questões mais do foro jurídico, e eu pensava que não iria ter essas funções. Quando aceitei ir para o Fundo pensei que iria desenvolver funções mais técnicas, acabei por me enganar e, digamos, daí o meu cansaço ao fim de um ano, de analisar tantos processos.

O Sr. **José Rui Cruz (PS)**: — Sr. Presidente, peço desculpa, eu fiz uma meia pergunta, meia afirmação, porque nos incêndios de outubro eu estive próximo deste acontecimento na minha região e era assim, a CCDR tinha uma grande proximidade com os municípios e com os processos. Eu acompanhei alguns de perto e era exatamente assim que acontecia e funcionou tudo muito bem. Não dei conta da presença do IRHU e como eu todos os cidadãos da minha região não deram conta da falta do IRHU, porque os processos correram todos bem. Se calhar aqui houve excesso de IRHU ou algumas pessoas do IRHU, eventualmente, tentaram tornar o processo mais complicado.

Tenho a agradecer-lhe os esclarecimentos que trouxe a esta Comissão, felicita-lo por isso e agradecer-lhe os contributos que deu.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à segunda ronda, a ouvir hoje o nosso engenheiro, jurista por obrigação de função.

Dou a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Olga Silvestre.

Recordo aos Srs. Deputados que, nesta segunda ronda, cada intervenção é, no máximo, de 5 minutos. As intervenções são seguidas e pedia ao Sr. Engenheiro que fosse registando as perguntas, porque a resposta é global, no final, a todos os grupos parlamentares inscritos.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Olga Silvestre, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente, e começo por dizer o seguinte: gostaria que o Sr. Engenheiro tivesse sido tão diligente no acompanhamento dos processos e na atribuição dos apoios no âmbito do IRHU, enquanto membro do Conselho de Gestão do REVITA, quando, como demonstrou aqui, foi questionado pelo Sr. Deputado do Partido Socialista no acompanhamento da matéria vertida no relatório do IRHU.

Posto isto, quero também dizer que o PSD reconhece a importância das segundas habitações, quer a nível económico, quer para a coesão social e territorial da região do interior, e, nesse propósito, isso aqui nunca foi colocado em causa. O que é colocado em causa, no entendimento do PSD, é a transparência ou a falta dela na atribuição dos apoios, a justiça ou a falta dela na distribuição dos apoios, a equidade ou a falta dela na distribuição desses mesmos apoios. Isso, sim, é o que está aqui em causa e o que importa apurar.

Quero também referir, Sr. Engenheiro, que, quanto à agricultura, o Tribunal de Contas refere, no seu relatório, que os apoios foram efetuados. Aliás, houve uma participação de 58% do IRHU que foi para a agricultura. Só que há um senão: o facto de não ter havido, da parte do

REVITA, controlo na atribuição e fiscalização desses apoios, como houve, por exemplo, na atribuição dos apoios quanto às casas de habitação.

Pergunto-lhe se concorda que não houve, efetivamente, esse controlo na atribuição dos apoios agrícolas no âmbito do REVITA.

Quero também perguntar-lhe se em algum município foi criado um parque de receção de produção lenhosa.

O Governo, na sequência desses incêndios, anunciou vários apoios para melhorar a prevenção, o alerta, o socorro, a capacidade para combater as chamas e o reordenamento da floresta. A pergunta é se isso, efetivamente, aconteceu. Se na zona do Pinhal Interior e em Figueiró dos Vinhos houve essa intervenção no reordenamento da floresta. Decorridos três anos, Figueiró dos Vinhos está preparada para enfrentar uma nova tragédia semelhante à que aconteceu?

Em todo o processo que envolveu o Fundo REVITA, e de acordo com a sua participação, tendo sido um membro ativo no Conselho de Gestão, pergunto-lhe se alguma coisa, efetivamente, correu mal e, se sim, o quê. E também gostaria que nos dissesse que lições poderemos tomar para o futuro, para evitar que uma tragédia volte a acontecer, e também que ensinamentos podemos tirar para futuro na distribuição dos apoios do Estado na sequência de uma tragédia destas que, esperamos, não volte a acontecer.

Termino, dizendo que, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, agradeço muito a sua disponibilidade e a sua participação aqui hoje como depoente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.



O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, de facto, já abordámos algumas matérias, mas importa também esclarecer em concreto alguns aspetos.

No âmbito da agricultura e da floresta foi criado um modelo de apoio que assentava em determinadas categorias, três delas até aos 1053 €, um apoio concedido pela segurança social; entre os 1054 € e os 5000 €, um apoio relativamente às perdas da agricultura — e não só, também noutras áreas —, concedido pelo REVITA; e, acima disso, candidaturas ao PDR 2020, ou seja, a medida C22 da Política Agrícola Comum.

O que identificámos é que bastava as pessoas candidatarem-se e tinham o apoio simplificado, que era até 5000 €. Sabemos que muitas vítimas perderam valores substancialmente superiores a 5000 €, mas teriam de candidatar-se a um processo mais burocratizado, que obstaculizava até, com questões de inscrição nas Finanças e tudo o mais, quando sabemos que aqueles pequenos agricultores não o fariam até porque não tinham condições para o fazer. Ou melhor, não o fariam até porque não tinham necessidade, não faziam daquela agricultura familiar uma agricultura de produção. Aliás, na altura, solicitámos ao Governo que fosse criado outro valor para as ajudas, principalmente em perdas superiores a 5000€, e, na altura, recordo-me perfeitamente que solicitámos que fosse até 10 000 €.

Nesse sentido, quero questionar-lhe se conhece quem tenha tido perdas superiores a 5000 €, tendo em consideração que sabia de antemão que os 5000 € era um processo simplificado e, por isso, tenha preferido perder alguma da reposição em termos de apoio, ficando-se pelos 5000 € e tendo, assim, essa perda. Pergunto-lhe se conhece alguém que pelo dano, pela perda que teve em termos do que era a sua exploração ou a sua produção, tenha abandonado a agricultura e tenha abandonado mesmo a produção florestal. Naturalmente, temos aqui uma situação que só contribui para a desertificação daquele território, nomeadamente o seu abandono.

Há também uma situação que achamos fundamental que é o apoio aos agricultores, aos produtores florestais e aos produtores pecuários — e isto insere-se muito nas opções políticas e medidas que foram sendo seguidas pelos sucessivos governos e em que o PSD tem claramente responsabilidades, nomeadamente no que tem a ver com o desmantelamento do Ministério da Agricultura e a retirada das extensões rurais e do apoio técnico aos pequenos agricultores. Aquela é uma zona de pequenos agricultores que é fundamental que tenham apoio técnico para que saibam, em termos científicos e em termos do que precisam, das melhores técnicas e dos melhores procedimentos a terem para a sua produção, nomeadamente até das zonas agrárias. E não é só o PSD que tem responsabilidades nisto, o PS também as tem, porque teve tempo para ter recuperado muito desse investimento e não o fez, portanto, as culpas aqui são partilhadas, uns porque tiraram, outros porque podiam ter dado e não deram —, quero saber qual seria o papel se estes agricultores tivessem outras condições, em termos de apoio técnico, para terem acesso à informação e às práticas mais atualizadas.

Quero deixar-lhe também uma questão. No global, a apreciação que fazemos, temo-lo dito aqui várias vezes, é a seguinte: entendemos que foram as perdas que se ajustaram aos apoios e não os apoios que se ajustaram às perdas que as pessoas tiveram. Ou seja, não foram os apoios que foram ao encontro das perdas que as pessoas tiveram, foram as pessoas que abdicaram daquilo a que teriam direito e ajustaram as suas perdas aos apoios, que eram mais reduzidos.

Concorda com esta apreciação do PCP, de que as perdas foram ajustadas aos apoios que, em muitas situações, tinham um acesso complexo?

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Bento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumprimentar o Sr. Engenheiro, saudá-lo pela sua exposição inicial e pela clareza do contexto, dentro do âmbito desta Comissão, dizendo que a minha intervenção não vai no sentido de obter de si o que pensa sobre muitos assuntos que não tiveram a ver com a sua função, porque, de facto, acho que não ajuda ao âmbito desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Engenheiro disse que, por razões humanitárias, houve aceleração do processo e eu entendi, do que disse, que houve processos que foram simplificados e o apoio simplificado também resulta do que é o próprio Fundo REVITA, por exemplo, para prejuízos na agricultura declarados entre os 1053 € e os 5000 €. Portanto, entendi a sua afirmação como tendo havido uma simplificação.

Queria perguntar-lhe se participou diretamente na atribuição destes apoios agrícolas e com que base os mesmos eram atribuídos.

Houve alguma comunicação, de alguma entidade ou pessoa — de um cidadão ou até de uma junta de freguesia —, de alguma irregularidade neste ponto?

Em relação ao apoio simplificado do Fundo REVITA, quantos beneficiários foram contemplados com este tipo de apoio?

O Sr. Engenheiro fala que houve um alarido e que isso prejudicou as pessoas, nomeadamente, que limitou o acesso aos apoios, que as pessoas tinham receio de se candidatarem ou pedir os apoios. Isso ocorreu só relativamente às habitações ou só nos apoios agrícolas ou florestais? Houve alguém que deixou de pedir apoio em virtude desse alarido e para não cair nessa suspeição que retratou?

Sabe quantas casas estão indiciadas e quantas são do Fundo REVITA? Sabe quantas casas tinham seguro e se estas foram apoiadas pelo Fundo REVITA? E questiono ainda se houve alguma medida preventiva da sua

parte, alguma comunicação a outras entidades — nomeadamente privadas e que estavam no terreno — para que houvesse alguma suspensão de pagamentos. É que havia o Fundo REVITA, mas também havia entidades a título particular no terreno. Não sei se houve essa comunicação e gostaria de saber.

A última pergunta é a de saber se entende que o Fundo REVITA foi um instrumento importante, no sentido de possibilitar uma boa gestão dos donativos, mesmo que, em relação às entidades privadas, essas tenham sido de forma facultativa.

Por último, agradeço a sua participação e o seu depoimento, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mendes Lopes, dispõe de 13 minutos para responder a este conjunto de perguntas, com alguma tolerância, obviamente, da Mesa.

Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Manuel Mendes Lopes**: — Sr. Presidente, respondo, em primeiro lugar, à Sr.ª Deputada Olga Silvestre. Espero seguir o roteiro das perguntas que me fez, mas, poderei ter de pedir-lhe algum apoio eventual, se, porventura, me desviar da sua intenção ao questionar-me.

Falou na questão da equidade nos apoios. Equidade é tratar tudo por igual. Não sei se era esse o sentido que queria dar, de tratar tudo por igual. Ou seja, penso que as coisas foram tratadas dentro da proporcionalidade dos meios que havia em face dos pedidos existentes. Penso que foi esse o critério que presidiu a toda a questão do Fundo REVITA: fazer face às necessidades, em função dos meios existentes.

Naturalmente, as necessidades eram grandes, ainda são grandes, continuam a ser grandes e, portanto, os meios ainda não são, naturalmente,

suficientes. Mas o Fundo procurou, em todo o momento, e no período em que lá estive, corresponder às funções para que foi criado, ou seja, apoiar os prejudicados pelo incêndio de 2017.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou sobre o controlo dos apoios à agricultura. Sr.<sup>a</sup> Deputada, não estive na fase dos apoios à agricultura, vim muito depois. Ou seja, presumo que os apoios à agricultura tenham sido logo nos dois, três meses a seguir ao incêndio. Portanto, todos os apoios foram feitos nesse período, não posteriormente. Já nem sequer em sede de Conselho de Gestão discutimos apoios à agricultura. No meu mandato, tudo isso fazia parte do passado, portanto, não tive nenhum contacto relativamente a pedidos de apoio nessa matéria.

Falou-me, também, na questão do apoio logístico. Peço que me confirme, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Tenho aqui anotado «apoio logístico». Foi disso que me falou?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para esclarecer.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, sim, o que lhe falei tem a ver com logística, mas foi mais precisamente sobre o parque de receção da produção lenhosa.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **António Manuel Mendes Lopes**: — Ah, muito bem!

Em Figueiró dos Vinhos, sei que houve um parque de receção de madeiras. Nos outros concelhos, sinceramente, não sei, porque não era uma questão do meu âmbito.

Sei que, em Figueiró dos Vinhos, uma antiga serração foi um local de receção de madeiras provenientes dos incêndios. Agora, em que moldes era gerido, como é gerido, não sei, mas lá que existiu, existiu.

O reordenamento florestal, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é o ponto fundamental de toda esta questão. O reordenamento florestal tem de ser pensado com urgência e acho que é uma necessidade imperiosa nacional, quer a nível do ambiente, quer até a nível económico.

O eucalipto continua a ter o seu espaço. Não podemos diabolizar o eucalipto, mas tem de ser ordenado e enquadrado com barreiras de proteção que reduzam o andamento dos fogos. Todas as populações e todas as manchas envolventes às populações devem ter árvores que impeçam o desenvolvimento do incêndio.

Portanto, acho que esse é o grande trabalho que este Governo e os outros Governos que virão terão pela frente, e também têm outro trabalho muito grande, que estão agora a começar, que é a questão do cadastro, que também é fundamental nessa matéria.

Perguntou-me se Figueiró dos Vinhos está preparado para uma nova tragédia. Sr.<sup>a</sup> Deputada, se as condições se mantiverem nos moldes que vêm do passado, nem Figueiró dos Vinhos, nem Pedrógão Grande, nem Castanheira de Pera, nem Penela, nem Lousã, nem Miranda do Corvo estão preparados. Ou seja, nenhum concelho da região do Pinhal está preparado para estas situações, porque, verdadeiramente, hoje, as coisas acontecem com uma velocidade estrondosa. Estrondosa!

Peço desculpa, mas, para dar-vos uma noção clara do que foi o incêndio: foi a um sábado, estava a trabalhar no meu gabinete, eram seis horas da tarde, venho à rua, olho para o céu e vejo tudo preto! Tudo preto! Não se via... E disse: «Mas o que é que se está a passar?!». Era uma escuridão total. O sol tinha desaparecido. Parecia noite! Em pleno verão, às seis horas da tarde, noite! Daí a uma meia-hora, veio uma ventania monumental. Disse: «Mas o que é isto? Isto não é uma coisa normal!». Nunca tinha visto uma coisa assim. Nunca tinha visto.

Portanto, aquele incêndio teve fatores altamente adversos e condições extremamente... Enfim, nem sei, porque não sou da área, naturalmente, mas teve fenómenos estranhíssimos. Ou seja, passado uma hora, com a força do vento, devido à movimentação das massas de ar quente, se a pessoa estivesse na rua, era varrida, repito, varrida pela força do vento. Eu vi isso. Vi o vento. Havia árvores de algum porte que quase vergavam e batiam. Foi uma coisa terrível. Só quem lá esteve no terreno se apercebeu verdadeiramente da dimensão do problema.

Mas, pronto, com a emoção, desviei-me da pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada. Vou recentrar-me.

Se Figueiró dos Vinhos está preparado para uma nova tragédia, de facto, penso que já respondi. Temos de alterar as condições da floresta. Sem isso, mantendo a monocultura tal como está instalada... Mas não é só em Figueiró dos Vinhos, é em toda a região. Como também sou autarca no concelho vizinho, falo nisso muitas vezes, a nível da assembleia municipal de Penela, da qual sou membro, e tenho-me várias vezes debatido, dentro desse âmbito, porque é um concelho que também tem uma grande parte florestal, portanto, é um tema que me é caro, pessoalmente.

O que correu mal?! O que correu mal foi ter havido o incêndio. Esse foi o grande mal. A partir daí, foi todos a tentar fazer o seu melhor, ainda que pudessem fazer o seu pior! Mas foi todos a tentar fazer o seu melhor, a tentar ajudar, a tentar colaborar, a tentar mitigar as dificuldades.

Foi essa a minha sensação e nem sou natural de Figueiró dos Vinhos. Sou natural do concelho de Penela, mas vivo em Figueiró dos Vinhos e considero-me um figueiroense. Considero-me um penelense e um figueiroense.

Portanto, considero que aquela gente, todas as pessoas que tinham responsabilidade, envolveram-se de uma forma extraordinária, repito, extraordinária. Eu vivi aquilo de perto! Vivi aquilo de perto e bem sei o

envolvimento das pessoas, a dádiva, a entrega. Por isso, fico consternado com aquilo que, às vezes, a imprensa, de forma até leviana, diz das pessoas, criando-lhes, enfim, um anátema de aproveitadores, quando as pessoas, coitadas, foram vítimas. Elas foram as vítimas!

Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei se tem mais alguma questão. Penso que respondi a tudo o que está na minha lista.

Respondendo ao Sr. Deputado João Dias, sobre a questão do apoio do Fundo REVITA à agricultura, não falei com nenhum colega do Fundo REVITA relativamente a esta matéria. Com certeza, terão oportunidade de falar com eles na primeira pessoa. Não sei se foram convidados a vir à Comissão de Inquérito, mas poderão perguntar-lhes. Penso que quem lá estava, nesse momento, nessa fase da entrega, era, seguramente, o Dr. Rui Fiolhais e o Dr. Joaquim Guardado, que estão desde o início no Fundo, e não sei se, à época, seria o Sr. ex-Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, ou se seria já o atual Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande. Eles poderão justificar quais foram verdadeiramente as razões que estiveram subjacentes ao Fundo REVITA para dar este apoio à agricultura.

A minha convicção é a de que, por uma razão de celeridade e de rapidez... É que as pessoas estavam sem nada. Ficaram sem nada, ardeu tudo. As pessoas que tinham alguma atividade agrícola, que tinham, enfim, as suas coisinhas da agricultura, desapareceu-lhes tudo. Ficaram sem nada. Portanto, acho que foi uma forma mais célere que os responsáveis à época, que tinham de decidir estas matérias, encontraram para dar esse apoio às pessoas. É minha convicção pessoal de que terá sido isso.

Naturalmente, quanto ao controlo sobre essa matéria, tenho a certeza de que o REVITA tem lá identificado exatamente a quem deu e quanto deu, e penso que isso também deve ter sido coordenado com a agricultura, julgo que para não haver duplicação de apoios.



Portanto, tudo isso deve ter sido coordenado, mas não estive nessa fase, pelo que não sei responder com exatidão relativamente a essa situação.

Por acaso, não conheço ninguém — mas poderia conhecer — que tenha necessitado de apoios acima dos 5000 €, mas admito que sim. Também admito perfeitamente que as pessoas não tenham recorrido às candidaturas porquê?! Devido à burocracia e à baixa literacia que as pessoas têm, porque isso, às vezes, também é um impedimento. Às vezes, nem é o fazer a candidatura, é a dificuldade que as pessoas têm até de pedir ajuda nessa matéria. Portanto, também penso que isso foi um pouco, porventura, limitador.

Não tenho levantamentos, não fiz levantamentos agrícolas. Outras equipas fizeram os levantamentos agrícolas. Não tenho ideia da dimensão dos apoios que foram dados nem do número de pessoas a quem esses apoios chegaram.

Em tese, parece-me que, também porventura devido ao facto de as candidaturas ao PDR se terem tornado mais morosas, com outro nível de exigências, naturalmente, as pessoas preferiam socorrer-se daquele apoio do REVITA, porque era mais rápido, menos burocrático e era logo. Isso também era importante para as pessoas. Era mais importante terem logo esse apoio do que estarem à espera de uma candidatura que demoraria tempo a ser analisada, a ser aprovada e que, enfim, tinha um conjunto de critérios completamente diferente.

Em relação à questão da agricultura e da produção florestal, Sr. Deputado, a agricultura ali é, de facto, agricultura de subsistência. Não tem uma dimensão, digamos, de exploração com capacidade produtiva. Ela é mais de subsistência, mas tinha a sua importância para a subsistência daquelas pessoas.

Sobre a questão florestal, o concelho é 90% florestal, portanto, a grande atividade económica ali, ligada à terra, é, efetivamente, a da floresta.

Aí, houve prejuízo, porque Pedrógão, praticamente, desapareceu do mapa, em termos da sua floresta, Figueiró dos Vinhos em grande parte e Castanheira de Pera em grande parte. Foram hectares e hectares e hectares de floresta que, em três ou quatro dias, desapareceram. Isso foi um prejuízo incalculável para o País e para as pessoas, porque dali sai muita matéria e muita matéria-prima para alimentar as celuloses existentes no País.

Se, de facto, foram os apoios que se ajustaram às perdas ou as perdas aos apoios, penso que foram as perdas que se ajustaram aos apoios, porque a dimensão das perdas foi enorme. Repito, a dimensão das perdas foi enorme.

E também reconheço que não é fácil, digamos, cobrir toda aquela dimensão de território, com perdas ao nível florestal, ao nível agrícola, ao nível das construções. Tudo isso foi uma perda muito grande e, portanto, dentro da disponibilidade, de facto, as perdas foram-se ajustando aos apoios. Penso que também foi isso, Sr. Deputado João Dias.

Penso que respondi às suas perguntas, não sei se falhei em alguma questão que me terá colocado.

Respondo, agora, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Bento. Como já aqui referi, não participei na distribuição dos fundos agrícolas no âmbito do REVITA. Não estive nessa fase. Estive depois, apareci mais tarde. Não estive nessa fase, mas penso que já terei, mais ou menos, respondido a essa matéria.

Quanto ao receio do pedido de apoios, na altura em que estas coisas começaram a aparecer — e elas começaram a aparecer na imprensa logo no último trimestre de 2017 —, quando a imprensa começou ali a falar sobre as questões e as irregularidades, enfim, isso pode ter gerado algum receio nas pessoas, porque, ao candidatarem-se e, porventura, serem apoiados, poderiam ver-se envolvidos em problemas a seguir, com questões de tribunais, como está a acontecer com os tais oito casos do Fundo REVITA.

Portanto, penso que esta mediatização da questão das irregularidades, a meu ver — sendo que só oito é que serão julgadas, dessas ainda algumas

podem não ser acusadas e poder reverter-se o processo, julgo que, apesar de tudo, o ideal seria zero —, no fundo, não foi irresponsável, até porque tivemos muita responsabilidade.

O Fundo, ainda assim, naquelas em que pediu a indemnização cível, não pagou a totalidade dos apoios, não pagou a totalidade do que estava contratado pagar, pagou só uma pequena parte, porque suspendemos a tempo e essa pequena parte, agora, ou será revertida, ou será continuado o apoio, como é evidente, mas não é a totalidade daquilo que estava adjudicado a essas obras, é muito menos. É muito menos de metade. Sei que estes oito casos representariam cerca de 43 000 € e aquilo que estava executado em obra será na ordem dos 200 000 €, porque, e já tudo no meu tempo, travámos todo esse processo de pagamentos.

Portanto, digamos que defendemos o Fundo e penso que era essa a nossa obrigação, defender o Fundo para o fim dele, e, havendo irregularidades, o que, à cautela, fizemos, foi, efetivamente, suspender esses pagamentos. E em boa hora o fizemos, porque estas oito casas foram acusadas, digamos assim... Da nossa parte, houve contenção dos pagamentos.

Sei que me perguntou também sobre a questão das casas e dos seguros. Tenho aqui um apanhado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Ora, quando entrei no Fundo REVITA, posso dizer-lhe isto município por município, se quiser, ou se quiser no total, também lhe posso dizer.

Olhe, Pedrógão Grande: Cáritas de Coimbra, 14 habitações; Cruz Vermelha Portuguesa, cinco habitações; doadores, oito habitações; Mota-Engil, cinco habitações; REVITA, 55 habitações; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, duas habitações; seguro, 25 habitações; Sic Esperança, que é uma fundação ligada à SIC, 15 habitações; União das Misericórdias Portuguesas e a Fundação Calouste Gulbenkian, que, no fundo, se coligaram, 25 habitações; num total, em Pedrógão Grande, de 154

habitações. Na minha altura, quando entrei, 114 estavam concluídas, 40 estavam em execução. Portanto, estão a ver, quando entrei, grande parte destas habitações estavam concluídas, mais de 70%, de 60% das casas estavam concluídas.

Em Castanheira de Pera, a Cáritas Diocesana recuperou 16 casas; o REVITA 26, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, uma casa; o seguro, portanto, obras que estavam abrangidas pelo seguro, seis casas; a SIC Esperança, três casas; a União das Misericórdias Portuguesas e a Fundação Calouste Gulbenkian, 14 casas, num total de 66 casas. Quando entrei estavam concluídas 55 casas e estavam em execução 11 casas.

Em Figueiró dos Vinhos, a Cáritas de Coimbra recuperou uma casa; houve um proprietário que recuperou a sua casa, foi outro caso; o REVITA, 18 casas, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, duas casas; o seguro, duas casas; a SIC Esperança, duas casas; e a União das Misericórdias Portuguesas e a Fundação Calouste Gulbenkian, três casas, num total de 29. Quando entrei no Fundo REVITA, estavam concluídas 25 e em execução quatro.

Poderei falar dos outros concelhos, de Góis, de Pampilhosa da Serra, embora estes já não estejam abrangidos pelo Fundo REVITA, mas, se quiser, posso dar-lhe os valores que tenho aqui, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Posso dizer que, quando saí do Fundo REVITA, qual era o ponto de situação. Não sei se isso é relevante...

Relativamente à quantidade de casas que foram executadas e à quantidade de casas por executar, sei que, quando saí do Fundo REVITA, estavam 241, das 259 casas, concluídas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, muito obrigado.

Não há mais inscrições e, assim sendo, caminhamos para o fim da nossa audição. Em meu nome, e no desta Comissão, queria agradecer a sua presença e o seu depoimento.

Há um conjunto alargado de cidadãos que, num certo dia da sua vida, largam tudo para vir à Assembleia cumprir um dever e ajudar-nos a exercer a nossa função de fiscalização.

Por isso, e por muito que seja convocado e não convidado, agradeço a sua presença, a forma generosa como depôs, por vezes com o coração ao pé da boca, mas penso que era impossível ser de outra maneira. Portanto, queria agradecer-lhe pelo seu depoimento — percebemos que nos deu tudo o que tinha para nos dar —, agradecer também aos Srs. Deputados, que tudo perguntaram de relevante, dentro daquilo que era do seu conhecimento, agradecer ainda a presença da Dr.<sup>a</sup> Ana Lopes, lamentando que seja nestas circunstâncias e esperando que nos possamos ver em circunstâncias mais favoráveis.

O vosso depoimento foi importante e, em nome da Assembleia da República e desta Comissão, agradeço a vossa presença.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como sabem, amanhã não haverá nenhuma audição. As reuniões da nossa Comissão continuarão na próxima terça-feira.

Muito obrigado a todos mais uma vez e muito boa tarde. Está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 6 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.